

23 de Noviembre de 2010 / 23 de Novembro de 2010

Brasil – Jornal do Senado

Mercosul poderá usar regras da Ficha Limpa nas eleições para o Parlamento

Sugestão foi apresentada pelo Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa durante audiência pública no Senado. Para representante da sociedade, lei brasileira define "requisitos éticos e morais essenciais"

Regras de elegibilidade iguais às da Lei da Ficha Limpa devem ser também aplicadas ao processo de escolha, por eleição direta, dos futuros integrantes do Parlamento do Mercosul (Parlasul). Essa foi uma das reivindicações apresentadas pelo Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlasul, em reunião no Senado, ontem. Para a representante do comitê, Daniella Hiche, a recente lei brasileira define requisitos éticos e morais essenciais para qualificar a futura composição do parlamento do bloco regional.

— A cidadania tem o direito a uma representação verdadeiramente democrática. A Lei da Ficha Limpa é um avanço e pode ser tomada como referência — afirmou.

O objetivo da audiência foi subsidiar o informe anual a ser produzido pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos sobre a situação do setor nos países do bloco regional. Participaram nove integrantes do Parlasul também membros da comissão, inclusive sua presidente, Mirtha Palacios, do Paraguai, que coordenou os trabalhos. Pelo Brasil, estavam o senador Augusto Botelho (sem partido-RR) e o deputado federal Geraldo Thadeu (PPS-MG).

Integrado por cerca de 20 entidades civis e órgãos públicos dedicados à promoção e à defesa dos direitos humanos, o comitê representou a sociedade civil no evento. A comissão já realizou audiências no Paraguai e na Argentina. A próxima será no Uruguai, em 9 de dezembro. A previsão é que o relatório fique pronto no ano que vem.

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

23 de Noviembre de 2010 / 23 de Novembro de 2010

A representante do comitê brasileiro sugeriu um conjunto de pontos que, na avaliação da entidade, devem ganhar reconhecimento no rol dos direitos humanos no Mercosul. Entre esses, ela citou os direitos à alimentação, à cultura e ao livre trânsito entre os países membros. Para o comitê, o relatório deve ainda abordar a situação dos direitos da criança e do adolescente e no campo das relações étnico-raciais.

Daniella Hiche propôs ainda que a comissão estude novos meios de participação da sociedade na elaboração do documento, inclusive pela internet. Ela também sugeriu que o relatório adote o formato do Plano Nacional de Direitos Humanos, o documento que, no Brasil, a partir de conferências com representantes da sociedade e do governo, reúne diagnóstico, ações e metas para o campo dos direitos humanos.

Daniella, membro da Comunidade Bahá'í do Brasil, pediu também para que a comissão informe à sociedade de cada país sobre como será a continuidade do trabalho. Segundo ela, o importante é que a elaboração do documento não se transforme em mero "ato protocolar".

Brasil – Jornal do Senado

Mesquita Júnior vê eleição como oportunidade de debater integração

Para Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Daniella Hiche apresentou sugestões pertinentes ao cobrar empenho para que as ações da comissão ganhem efetividade e ao abordar não só temas de direitos humanos, mas também os que se relacionam à cidadania. Ele se manifestou a favor, por exemplo, da aplicação das regras da Lei da Ficha Limpa ao processo de escolha dos futuros integrantes do Parlasul, por votação popular, solução que disse ter defendido sempre e que espera já estar valendo a partir de 2012.

23 de Noviembre de 2010 / 23 de Novembro de 2010

— Eu sempre me bati pela ideia de eleição direta para o Parlasul, pois será a primeira oportunidade para que o Brasil inteiro debata o grande tema da integração regional, aprofunda numa questão que só foi apropriada pelo grande capital — argumentou.

Assim como Daniella Hiche, o parlamentar uruguaio Nelson Alderete também cobrou que o relatório aborde a questão da livre circulação entre as fronteiras dos países do Mercosul. Na sua avaliação, o que há hoje é "uma espécie de cinismo" em relação ao livre trânsito de pessoas. Conforme lembrou, paraguaios enfrentam fortes obstáculos para trabalhar no Brasil, o mesmo acontecendo com os "sacoleiros" brasileiros, apesar da legislação criada para formalizar as atividades dos que compram no Paraguai mercadorias para revender aqui no país.

O deputado brasileiro Geraldo Thadeu sugeriu que o documento aborde a questão carcerária e prisional nos quatro países. No Brasil a situação é trágica, sem avanços nos últimos anos, disse. Depois de lembrar a chacina recente de 18 presos em penitenciária no Maranhão e mais de 35 assassinatos de moradores de rua em Alagoas, ele disse que o país caminha para institucionalizar a pena de morte.

Brasil - Folha de São Paulo

Brasil emperra fortalecimento da Unasul

Entidade, que terá sua reunião de cúpula nessa semana na Guiana, fará homenagem especial ao presidente brasileiro

Iniciativa do Brasil e apontada como prioridade da política externa do país, a Unasul (União de Nações Sul-Americanas) ainda não teve o seu tratado fundador, de 2008, ratificado pelo Congresso brasileiro.

A entidade realiza na sexta-feira na Guiana uma reunião de cúpula, em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva será homenageado.

23 de Noviembre de 2010 / 23 de Novembro de 2010

A perspectiva de que a ratificação ocorra na atual legislatura é quase nula.

O texto sofre oposição de parlamentares do DEM, do PSDB e do PPS.

Sem acordo de lideranças, tem que ser aprovado por maioria simples na Câmara e Senado, onde temas de política interna encabeçam a pauta dos governistas.

O tratado prevê coordenação política entre os 12 países-membros, atuação para a integração econômica e cooperação em questões como defesa, segurança, migração e inovação científica.

A Unasul implementou o Conselho de Defesa e atuou em crises internas na Bolívia e no Equador, além de ter facilitado a reaproximação de Colômbia e Venezuela.

Para que tenha "existência jurídica", no entanto, seu tratado precisa ser ratificado por nove países -oito o fizeram. Faltam Brasil, Uruguai, Paraguai e Colômbia.

No Congresso, o artigo mais controvertido é o que estabelece a criação do Parlamento Sul-Americano, em Cochabamba (Bolívia).

A proposta é criticada até por governistas, que a consideram redundante devido à existência dos parlamentos do Mercosul e Andino.

Um dos opositores, o deputado Raul Jungmann (PPS-PE) diz que o tratado dá a "burocratas" a prerrogativa de estruturar o órgão.

"Como é que serão funcionários do Itamaraty que vão deliberar a respeito da constituição do Parlamento da Unasul? É o Executivo legislando sobre outro Poder."

Relator do tema na comissão da Câmara, Dr. Rosinha (PT-PR) diz que a visão de Jungmann "não faz sentido".

Cita o caso do Parlamento do Mercosul, que foi objeto de protocolo negociado por parlamentares nacionais.

Ademais, diz, o protocolo adicional da Unasul, quando houver um, deverá ser ratificado em separado.

23 de Noviembre de 2010 / 23 de Novembro de 2010

"O fato é que DEM, PSDB e PPS são contra a Unasul, não querem a soberania da América do Sul, são servidores dos EUA."

Jungmann afirma que não é contra o bloco, embora outros deputados opositoristas o sejam.

Diz que há um "excesso" de iniciativas regionais que começam com "grandes propostas" e não atingem seus objetivos, mas que isso não justifica "jogar fora a criança junto com a água da bacia".

O Itamaraty evita entrar na disputa. Diz que não vê má vontade do Congresso e que o atraso "é democrático".

Brasil – Conjur

Ficha Limpa inspira regras para eleições no Mercosul

Regras de elegibilidade iguais às da Lei da Ficha Limpa devem ser também aplicadas ao processo de escolha, por eleição direta, dos futuros integrantes do Parlamento do Mercosul (Parlasul). Essa foi uma das reivindicações apresentadas pelo Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, em reunião no Senado, nesta segunda-feira (22/11). Para a representante do comitê, Daniella Hiche, a recente lei brasileira define requisitos éticos e morais essenciais para qualificar a futura composição do parlamento do bloco regional.

"A cidadania tem o direito a uma representação verdadeiramente democrática. A Lei da Ficha Limpa é um avanço e pode ser tomada como referência", afirmou.

O objetivo da audiência foi subsidiar o informe anual a ser produzido pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos sobre a situação dos direitos humanos nos países do bloco regional. Participaram nove integrantes do Parlasul também membros da comissão, inclusive sua presidente, Mirtha Palácios, do Uruguai, que coordenou os trabalhos. Pelo Brasil, estavam o senador Augusto Botelho (sem partido-RR) e o deputado federal Geraldo Thadeu (PSB-MG).

5

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

23 de Noviembre de 2010 / 23 de Novembro de 2010

A representante do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos sugeriu um conjunto de pontos que, na avaliação da entidade, devem ganhar reconhecimento no rol dos direitos humanos no Mercosul. Entre esses, ela citou os direitos à alimentação, à cultura e ao livre trânsito entre os países-membros. Para o comitê, o relatório deve ainda abordar a situação dos direitos da criança e do adolescente e no campo das relações étnico-raciais.

Daniella Hiche propôs ainda que a comissão estude novos meios de participação da sociedade na elaboração do documento, inclusive por meio da internet. Ela também sugeriu que o relatório adote o formato do Plano Nacional de Direitos Humanos, o documento que, no Brasil, a partir de conferências com representantes da sociedade e do governo, reúne diagnóstico, ações e metas para o campo dos direitos humanos.

Daniella Hiche, que integra o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos como membro da Comunidade Bahá'í do Brasil, pediu também para que a comissão informe à sociedade de cada país sobre como será a continuidade do trabalho para a elaboração do relatório — o processo e os participantes. Segundo ela, o importante é que a elaboração do documento não se transforme em mero "ato protocolar", sem consequências políticas. Além disso, ela entende que o Parlasul deve se pronunciar sobre fatos que representem afronta aos direitos humanos em qualquer lugar do mundo.

Eleição direta

Para Geraldo Mesquita Júnior, a convidada apresentou sugestões pertinentes, seja ao cobrar empenho para que as ações da comissão ganhem efetividade ou por abordar não só temas de direitos humanos, mas também os que se relacionam à cidadania (também assunto da comissão). Ele se manifestou a favor, por exemplo, da aplicação das regras da Lei da Ficha Limpa ao processo de escolha dos futuros integrantes do Parlasul, por votação popular, solução que disse ter defendido sempre e que espera já estar valendo a partir de 2012.

"Sempre 'me bati' pela ideia de eleição direta para o Parlasul, pois será a primeira oportunidade para que o Brasil inteiro debata o grande tema da integração

23 de Noviembre de 2010 / 23 de Novembro de 2010

regional, e aprofunde numa questão que só foi apropriada pelo grande capital", justificou o senador.

Assim como Daniella Hiche, o parlamentar uruguaio Nelson Alderete também cobrou que o relatório aborde a questão da livre circulação entre as fronteiras dos países do Mercosul. Na sua avaliação, o que há hoje é "uma espécie de cinismo" em relação ao livre trânsito de pessoas. Conforme lembrou, paraguaios enfrentam fortes obstáculos para trabalhar no Brasil, o mesmo ainda acontecendo com os "sacoleiros" brasileiros, apesar da legislação criada para formalizar as atividades dos que compram no Paraguai mercadorias para revender no Brasil.

O deputado brasileiro Geraldo Thadeu sugeriu ainda que o documento aborde a questão carcerária e prisional nos quatro países. Depois de lembrar a chacina recente de 18 presos em penitenciária no Maranhão e mais de 35 assassinatos de moradores de rua em Alagoas, ele disse que o país caminha para institucionalizar a pena de morte.

Brasil - Correio Braziliense

Brasília-DF - Diretas já

O senador Geraldo Mesquita Júnior .do PMDB-AC, defende com veemência que os representantes brasileiros do Mercosul sejam escolhidos pelo voto direto. Segundo o senador, a atual fórmula de escolha pelo voto indireto, com indicação de parlamentares, faz do bloco econômico uma representação de apenas uma parcela muito pequena da sociedade. Além disso, só abre espaço para políticos bons de negociações e acordos. Difícil é convencer os parlamentares a mudar as regras.

Brasil – Jornal Barriga Verde

Maioria do Congresso Nacional favorável a escolha de não congressistas ao PARLASUL

Com praticamente as articulações concluídas para a eleição de trinta e sete (37) parlamentares para o PARLASUL e faltando apenas a aprovação da Resolução que homologará as indicações dos líderes partidários na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, os dirigentes partidários e principais lideranças políticas do país se preparam para assumirem um novo mandato político em 1º de janeiro de 2011; o de Deputado Nacional do Parlasul.

Isso é o que determina o Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL, que proíbe a eleição de Senadores e Deputado para exercer o mandato de Deputado Nacional no Parlasul.

Desta forma os congressistas brasileiros decidiram eleger até o dia 15 de dezembro os novos parlamentares dentre cidadão brasileiros sem mandato ou no exercício de cargo nos poderes Executivo ou no Judiciário.

A semana que passou foi de grande movimentação no Congresso Nacional sobre o assunto. Senadores e Deputados, na tribuna ou na imprensa manifestaram suas opiniões sobre o tema.

A maioria favorável a que sejam eleitos não congressistas, até porque se assim fosse o Parlamento do MERCOSUL continuaria sem funcionar, uma vez que os parlamentares do órgão teriam que se ausentarem das votações das casas legislativas no Brasil. Discursos e propostas de Resoluções começam a aparecer no Congresso Nacional.

Independente de qualquer posição a ser tomada pela Representação Brasileira no Parlasul, esta não pode mudar o Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL, que proíbe a eleição de congressistas, e também pelo mesmo ter

23 de Noviembre de 2010 / 23 de Novembro de 2010

sido aprovado e assinado por quatro chefes de Estado e representar o Estatuto do órgão, e que ainda assim teria que ser aprovado pelo Congresso Nacional.

As propostas de Resolução que estão sendo apresentadas pelos partidos praticamente estão todas sendo analisadas antes pelo Advogado Acilino Ribeiro, considerado hoje peça chave em todo o processo de elaboração jurídica e articulação política para a aprovação da mesma junto ao Congresso Nacional.

O Deputado Eugênio Rabelo, PP\CE, foi o primeiro a subir á tribuna da Câmara dos Deputados e manifestar apoio á proposição e manifestação do FOPSUL, Fórum Brasileiro de Organizações Populares e Movimentos Sociais do MERCOSUL, Coordenado pelo Advogado Acilino Ribeiro, também Coordenador Nacional do MDD, Movimento Democracia Direta e que iniciou o movimento a favor da escolha de 37 cidadãos brasileiros sem mandato para o exercício das funções de Deputado Nacional do Parlasul e das eleições diretas para o órgão.

O Deputado Rabelo também se manifestou favorável ao Projeto de Lei, do Deputado Carlos Zarattini, que já tramita no Congresso Nacional e que regulamenta as eleições diretas em 2012, e que já foi determinado em acordo entre os países do MERCOSUL e assinado pelo Chanceler Celso Amorim. Diversos Deputados manifestaram apoio ao discurso de Eugênio Rabelo e deram entrevista sobre o assunto.

No Senado Federal o Senador Mão Santa, PSC\PI também se declarou favorável ás eleições dos 37 Parlamentares do MERCOSUL através de cidadãos comuns. Condenou o acumulo de mandato afirmando que: “o processo de integração da América do Sul, iniciado por Simon Bolívar será concluído com chave de ouro após as eleições diretas em 2012 em todo o Brasil e o primeiro passo agora é elegermos trinta e sete brasileiros dignos e honrados para o exercício desse mandato de dois anos, até 31 de dezembro de 2012, quando então assumirão os eleitos por eleições diretas”, finalizou.

Diversos outros senadores deram apoio ao Senador Mão Santa e manifestaram-se favoráveis tanto á proposta de cidadão comum como novos parlamentares do MERCOSUL como também pelas eleições diretas em 2012.

23 de Noviembre de 2010 / 23 de Novembro de 2010

Consulta realizada pelo Datapress\Latina entre cem (100) congressistas, sendo 82 deputados e 18 Senadores apurou que quase a unanimidade dos congressistas é favoráveis a essas duas propostas feitas pelo MDD, Movimento Democracia Direta e demais organizações populares que compõem o FOPSUL. Destes; 71% responderam que sim, são favoráveis às duas propostas, de não congressistas como novos Deputados para o Parlasul ainda esse ano, e também de eleições diretas em 2012. Enquanto 09% declaram-se contrário a que não parlamentares sejam eleitos agora para o PARLASUL, apesar de serem favoráveis as eleições diretas em 2012. Outros 12% não sabem ainda como vão votar e 08 parlamentares, representando 08% disseram desconhecer o assunto.

Diversas propostas de Resolução a serem apresentadas já estão sendo elaboradas pelos partidos políticos no Congresso Nacional, mas todas favoráveis á eleição de não parlamentares, enquanto apenas dois Deputados, Doutor Rosinha, PT\PR e Paulo Toffani, PV|SP, manifestaram-se favoráveis ás recondução da bancada de 18 parlamentares e de que sejam 09 Senadores e 09 Deputados com mandato, o que provocou uma reação imediata e uma revolta contundente dos movimentos sociais de todo o Brasil contra os dois parlamentares, assim como manifestações contrárias de diversos parlamentares nas duas casas do Congresso Nacional, como foram os casos do Deputado Eugênio Rabelo (PP\CE) e do Senador Mão Santa (PSC|PI), dentre outros que no decorrer da semana fizeram pronunciamentos e declarações á imprensa sobre o assunto.

Diversos partidos já articulam também seus nomes, principalmente após pronunciamentos e entrevistas de alguns renomados líderes políticos nacionais.

O PT que tem 06 vagas tem como nomes fortes para representar o Partido, o ex-deputado federal por São Paulo, Ricardo Zarattini; o atual Deputado do Acre, mas que não disputou a reeleição, Nilson Mourão e a Senadora Serys Shessarenko (PT-MT), que ficará sem mandato a partir de janeiro próximo. Outros nomes começam a aparecer e mostrar interesse.

O DEM praticamente já definiu dois dos três nomes a que tem direito, o Senador Marco Maciel e o ex-prefeito César Maia. O terceiro nome ainda estar sendo articulado.

10

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

23 de Noviembre de 2010 / 23 de Novembro de 2010

O PMDB, com direito a seis vagas quer se fazer presente com uma bancada de quadro, como é o caso do ex-ministro Delfin Neto. Raul Julgman é o nome do PPS. O PV deve escolher entre Marina Silva, Fernando Gabeira ou o ex-ministro Gilberto Gil para a única vaga a que tem direito.

O PSDB praticamente já definiu duas das quatro vagas a que tem direito: seriam a ex-deputada Moema Santiago, PSDB\CE e o Sociólogo Antonio Lavareda. As outras duas seriam de Tarso Jereissat e Fernando Henrique Cardoso que ainda não se manifestaram sobre o assunto.

O PSB foi o único partido onde ainda não surgiram nomes, mas é o que mais se articula nos bastidores para a aprovação das eleições diretas do PARLASUL em 2012 e favoravelmente à eleição de não congressistas para as 37 vagas atuais que assumirão em 1º de janeiro próximo.

Caso aceite, o nome que representa unanimidade dentro do Partido Socialista Brasileiro é do ministeriável Ciro Gomes que ainda não se manifestou sobre a questão. Porém o PSB tem vários quadros que poderiam ser chamados para a missão e que atualmente não dispõem de mandato.

O PDT começa a se articular e começam a surgir manifestações de apoio a nomes como o do filho do ex-presidente João Goulart, João Vicente Goulart, para uma das duas vagas a que o partido pode indicar. Seria uma homenagem ao ex-presidente e de prestigiar João Vicente como um dos fundadores do PDT. O PTB pretende homenagear o Rio Grande do Sul e um de seus melhores senadores, Sérgio Zambiasi, que termina o mandato em janeiro próximo. O Partido Trabalhista Brasileiro tem direito a duas vagas.

Na próxima semana chegam a Brasília dirigentes sindicais, comunitários e estudantis de todo o país, mobilizados pelo MDD, Movimento Democracia Direta, para uma articulação com os parlamentares e garantir a aprovação da Resolução.

23 de Noviembre de 2010 / 23 de Novembro de 2010

Brasil – Portal Vermelho

Brasil no Parlasul: aumento da bancada será decidido até quinta

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) deve decidir até quinta-feira (25) se apoia ou não a proposta de aumentar já em 2011 de 18 para 37 o número de representantes na instituição. De acordo com informações da Agência Senado, o prazo para a decisão foi estabelecido na quarta-feira (17) por consenso, a partir de uma proposta apresentada pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), atual presidente do Parlasul.

A resolução do Congresso Nacional que estabelece o atual número de 18 parlamentares só vigora até o final deste ano. Uma nova resolução deverá ser votada até dezembro, indicando o número de representantes brasileiros no Parlasul. Ainda indicada de forma indireta, a bancada exercerá mandato até a posse dos parlamentares eleitos diretamente, possivelmente em 2012.

Durante a última reunião, o deputado Dr. Rosinha (PT-PR) sugeriu que a nova resolução permita a indicação pelas futuras mesas diretoras da Câmara e do Senado de até 37 parlamentares. Dessa forma, a decisão final sobre o número de integrantes da representação seria tomada pelos parlamentares eleitos neste ano.

Acordo político firmado pelo Parlasul e já adotado de forma oficial pelo Conselho do Mercado Comum - órgão máximo do Mercosul - estabelece o critério de proporcionalidade atenuada para indicar o número de parlamentares que cada país terá na sede do órgão, em Montevidéu. Segundo o acordo, Uruguai e Paraguai manterão seus atuais 18 representantes cada um. Brasil e Argentina elevarão suas bancadas, em um primeiro momento, de 18 para 37 e 26 parlamentares, respectivamente.

Posição conjunta

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

23 de Noviembre de 2010 / 23 de Novembro de 2010

A delegação argentina já anunciou que os eleitores de seu país escolherão diretamente em 2011 seus representantes no Parlasul. Os argentinos pediram a Mercadante uma solução para o tamanho das bancadas antes da realização de eleições nos dois países. Eles querem saber se o Brasil aceita aumentar as bancadas antes das eleições, ou seja, por meio de indicação de parlamentares nacionais para compor o parlamento regional.

Mercadante sugeriu que a representação brasileira adote uma posição conjunta sobre o tema que possa ser levada à próxima sessão do Parlasul, no dia 29. Para ele, o debate sobre o período de transição de implantação das novas bancadas deve ser concluído até 13 de dezembro, quando ocorre a última sessão do Parlasul em 2011.

O senador também propôs que a representação solicite urgência para a votação do Projeto de Lei do deputado Carlos Zarattini (PT-SP) que regulamenta a eleição direta dos futuros representantes do Brasil no Parlasul. O projeto está em tramitação na Câmara.

Brasil – O Estado de São Paulo

Em Genebra, Amorim confessa que já está desfazendo o gabinete

Chanceler destaca a valorização do Mercosul e a relação comercial com a China como pontos altos de seu trabalho

O chanceler Celso Amorim deixou escapar que pode estar mesmo terminando seu mandato à frente do Itamaraty, depois de oito anos consecutivos no comando da diplomacia brasileira. Ontem, ao iniciar um discurso na Organização Internacional do Trabalho (OIT), Amorim afirmou que sua participação no evento seria uma espécie de "despedida" de Genebra. "Pelo menos por enquanto", afirmou. Andre Dusek/AEAbertura. Amorim defendeu relações com países árabes

23 de Noviembre de 2010 / 23 de Novembro de 2010

Mais tarde, questionado por uma jornalista estrangeira se ficaria no governo na gestão de Dilma Rousseff, apenas respondeu: "Eu não sei. Não posso fazer nenhum comentário a respeito disso. Não estou formando nenhum gabinete, somente o meu, que não estou formando, mas sim desfazendo", completou.

Ontem, Amorim assinou acordo com a OIT abrindo espaço para que o Brasil coopere no setor humanitário. Mas seu discurso foi uma espécie de resumo dos oito anos de sua política externa.

Pregando "tolerância" nas relações com outros governos, o chanceler insistiu que o "mais difícil tem sido quebrar barreiras mentais". Para ele, esse tem sido um dos maiores obstáculos em fazer avançar a agenda das relações entre os países do Sul.

"Quando o Mercosul foi criado, muitos perguntavam por que perdíamos tempo com a Argentina. Defendiam que teríamos de lidar com Estados Unidos e Europa e que apenas estávamos juntando as pobreza de dois países. Hoje, ninguém questiona a importância do Mercosul. O mesmo ocorreu quando criamos a Unasul. Chegaram a me perguntar por que eu me preocupava tanto com a América do Sul. Ainda temos uma mentalidade colonial", afirmou o chanceler. "Se não quebrarmos barreiras mentais, não avançaremos."

Para ele, a cooperação entre países em desenvolvimento tem sido um dos carros-chefe da diplomacia do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. "Isso porque não temos preconceitos", garantiu. "Quando iniciamos nossas relações com os países árabes, eram verdadeiras placas tectônicas que se moveram", destacou.

"Quando Lula começou a viajar pela África, as pessoas diziam que ele perdia seu tempo e que deveria ir para Washington, Bruxelas e Paris. Ele foi. Mas foi para a África também", insistiu Amorim, que indicou que o continente africano é hoje o quarto maior parceiro comercial do Brasil.

Fator China. O chanceler ainda lembrou que, nos oito anos do governo Lula, os Estados Unidos perderam a liderança na relação comercial com o Brasil. O maior destino hoje das exportações é a China, seguida pela vizinha Argentina. "Os Estados

23 de Noviembre de 2010 / 23 de Novembro de 2010

Unidos estão em um honroso terceiro lugar", disse, sem esconder uma ponta de orgulho.

Para completar, Amorim defendeu a política de manter o diálogo com países para garantir a melhoria dos direitos humanos, uma das bandeiras levantadas por ele e o presidente Lula nestes oito anos.

Brasil - O Globo

Dilma acompanhará Lula em reunião da Unasul, na Guiana

Americanos pressionam mas presidente eleita não deve ir aos EUA este ano

BRASÍLIA. Ao contrário do presidente Lula, que, antes de tomar posse, fez um périplo por países da América do Sul, chegando aos Estados Unidos, no fim de 2002, a presidente eleita, Dilma Rousseff, só tem uma viagem ao exterior prevista até tomar posse: acompanhar Lula à reunião de cúpula da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), dias 25 e 26 de novembro, na Guiana.

Seu contato mais próximo com os líderes sul-americanos será durante um jantar, na quinta-feira desta semana. Será uma oportunidade para ela responder e fazer perguntas a seus futuros colegas sobre a conjuntura política e econômica da região.

Dilma não deve ir a Cancún, no México, na primeira quinzena de dezembro, para a Cop16, a conferência mundial sobre o clima. A viagem chegou a ser cogitada, mas tende a não se confirmar: primeiro, porque é melhor que seja um palco exclusivo de Lula, onde ele faria sua despedida oficial do cenário internacional; e porque a presidente eleita precisa dedicar mais tempo à montagem do seu governo.

Presidente eleita deve ir com Lula a evento do Mercosul

Essa pouca disponibilidade de tempo para viajar ao exterior também compromete uma eventual agenda com os EUA. Há certa insistência de autoridades americanas para que Dilma se encontre com o presidente Barack Obama, ainda em dezembro.

23 de Noviembre de 2010 / 23 de Novembro de 2010

Mas, além da agenda interna muito apertada, o clima entre Brasil e EUA azedou neste último ano; Dilma prefere negociar com Obama mais adiante, de igual para igual, já empossada no Palácio do Planalto.

Por outro lado, a presidente eleita planeja acompanhar Lula a Foz do Iguaçu, no Paraná, também em dezembro, onde acontecerá mais uma rodada de cúpula do Mercosul. A ideia é demonstrar seu interesse pela integração política, comercial e econômica entre os países da região.

Paraguay – ABC Color

Proponen dividir en lotes línea de 500 para participación paraguaya

ADEMAS DE INCLUIR FIRMAS LOCALES, SISTEMA DE COMPRA REDUCIRA COSTOS

La división en dos lotes de la construcción de la línea de 500 kV, Itaipú-Villa Hayes, por parte de la hidroeléctrica Itaipú permitirá a las empresas paraguayas participar de la convocatoria y un ahorro de por lo menos US\$ 55 millones, según el consultor Guillermo López Flores.

El presupuesto inicial de US\$ 160 millones manejado por la Itaipú para la construcción de la línea de transmisión de 500 kV (Itaipú-Villa Hayes) podría alcanzar 105 millones de la misma moneda, de dividir la licitación en dos lotes, según el consultor Guillermo López Flores.

Sin violar los reglamentos del Fondo para la Convergencia Estructural del Mercosur (Focem), que exige la participación solo de empresas de países miembros, se puede dividir en dos lotes la convocatoria, posibilitando la participación de empresas paraguayas con su mano de obra e insumos locales.

Al decir del consultor energético el lote 1 podría contemplar la provisión de las torres, conductores, aisladores, cable de guardia y fibra óptica; y el lote 2, las construcciones civiles, tales como la limpieza de caminos de acceso, fundaciones,

23 de Noviembre de 2010 / 23 de Novembro de 2010

levantamiento de torres, puesta a tierra, provisión de herrajes menores, tendido de conductores y proyecto ejecutivo.

"En este caso, para la etapa de licitación solo habría que desarrollar el proyecto de distribución de torres que no debe ser mayor problema, pues ya se tiene realizado el relevamiento topográfico y se cuenta con la geometría de las torres. Esta tarea se realiza mediante excelentes softwares de ingeniería", afirma.

La convocatoria será dentro del Mercosur. Esto brindará una enorme posibilidad a las empresas nacionales que tienen experiencia en 220 kV para que subcontratadas o en alianza con firmas experimentadas en este tipo de obras puedan competir en mejores condiciones, explica.

El experto mencionó la construcción de una línea de 400 kV en la India, con un bajísimo presupuesto, utilizando el mismo método. "Con estos porcentajes, pero a precios locales más probables y actualizados, se tiene que si la línea de 500 kV Itaipú-Villa Hayes tiene un costo unitario de 300.000 US\$/km, longitud de 350 km, el costo será 105.000.000 de dólares", refiere.

Con un poco más de conocimiento técnico y propuestas creativas, por un lado, conocimiento, buena voluntad y patriotismo, por el otro, se puede establecer un esquema de contratación o adquisición que aumente significativamente las chances de participación efectiva y significativa de las empresas paraguayas en la construcción de la línea de 500 kV a licitarse próximamente.

Para el efecto solo hace falta una firme y legítima defensa de los intereses nacionales.

Mencionó un suceso reciente en el Yguazú para la construcción del tendido y subestaciones de 220 kV en el que se decidió incluir el paquete de equipos hidromecánicos y generación, con lo cual se dejaron fuera de carrera a las firmas locales.

Ahorro de US\$ 55 millones

23 de Noviembre de 2010 / 23 de Novembro de 2010

De acuerdo a la tabla detallada por López Flores, por un lado, el 70% de materiales insumirán unos 73 millones de dólares; 30% de servicios insumirá unos 32 millones de dólares; y por el otro, el 55% de bienes de importación insumirán unos 56 millones de dólares y el 45% de bienes y servicios locales insumirán alrededor de 49 millones de dólares que puede ser realizado totalmente por empresas paraguayas si no se les obliga a ser subcontratista o consorciado minoritario.

La Itaipú, de tomar la decisión de dividir la licitación en dos lotes, además de permitir la participación de empresas locales, estaría ahorrando para el país US\$ 55 millones.

Uruguay – EL País

Lluvia de tratados de libre comercio

No todos los países latinoamericanos cuentan con industrias por defender, por eso en estos años han sellado con entusiasmo Tratados de Libre Comercio (TLC) con China. Tal es el caso de Chile y Perú. Costa Rica hará lo propio el año próximo y Pekín quiere que el siguiente sea el Mercosur, que a su vez está negociando un acuerdo de asociación con la UE. No obstante, el máximo negociador de los TLC de China, Zhang Jianping, reconoce que persisten escollos para llegar a un acuerdo con el Mercosur por el temor de las industrias sudamericanas y por las "dificultades diplomáticas y políticas" que han provocado las tensiones económicas entre ambas partes. En concreto, China reclama que la reconozcan como economía de mercado, lo que reduciría las posibilidades de aplicarle antidumping a sus productos.

Pese a todos estos reparos, "hoy nadie en Latinoamérica veta la relación con China", a diferencia de lo que sucedía con la Unión Soviética en el siglo XX, observa el catedrático argentino Juan Gabriel Tokatlian.

El Gobierno chino también percibe que la relación no se puede asentar únicamente en un trueque de materias primas por manufacturas. "Latinoamérica debe agregar valor a sus recursos naturales", opina Bai Lichen, vicepresidente de la Conferencia Consultiva Política del Pueblo Chino.

23 de Noviembre de 2010 / 23 de Novembro de 2010

Uruguay – Últimas Noticias

Importaciones crecen 16,3% en un año

El Banco Central divulgó ayer el movimiento importador a octubre de 2010. El cuadro estadístico mostró que en los anteriores doce meses, las importaciones - tanto a valores FOB como CIF- crecieron 16,3%.

El incremento se concentró en los bienes de consumo. En octubre de 2010 se facturaron importaciones por un monto de U\$S 708,9 millones, estimado a precios FOB, y de U\$S 750,3 millones a valores CIF.

En el período estimado entre octubre de 2009 y el mismo mes de 2010, las compras al exterior crecieron 25,6% (FOB) y 26,2% (CIF), respectivamente, mientras que en el período que fue de octubre de 2009 a octubre de 2010 fue de 18,6% tanto para las importaciones FOB y CIF.

En los doce meses anteriores a octubre, se registró un crecimiento de 16,3%, tanto en uno u otro tipo de compra externa.

Siguiendo la evolución de este período, las importaciones de bienes de consumo fueron las que crecieron más, ya que se incrementaron 31,1%, a expensas de los incrementos de las compras externas de automotores y vehículos de transporte, que crecieron 61,8%, seguidas por las de bienes duraderos, que se incrementaron 41,5%.

Las importaciones de bienes intermedio aumentaron 13,5%, a expensas del crecimiento registrado en compras de petróleo y destilados, mientras que las importaciones de energía eléctrica cayeron 96,1%, respecto del año anterior.

La menor variación se registró en los bienes de capital, que experimentó un crecimiento de 7,3% en comparación a los doce meses anteriores a octubre de este año.

23 de Noviembre de 2010 / 23 de Novembro de 2010

Tanto en las compras externas de maquinaria y equipos, como las de equipos de transporte, las adquisiciones públicas decrecieron 29,7% y 61,4%, respectivamente, mientras que la privada aumentó 12,7% y 21,9%, respectivamente.

Las mayores importaciones se realizaron en productos de curtiembre y marroquinería, donde estas se incrementaron 97,4%, mientras que las de la industria frigorífica crecieron 45,4%. En términos generales, las importaciones de América facturaron en octubre la cantidad de U\$S 455,6 millones, de los cuales U\$S 376,9 millones fueron comprados en países de Aladi, U\$S 275,7 millones en la subzona Mercosur, U\$S 66,6 millones en Estados Unidos, y U\$S 5 millones en Canadá.

Las importaciones originarias de los países de la Unión Europea (15 países) facturaron U\$S 79,8 millones, las provenientes de Medio Oriente facturaron U\$S 24,6 millones, y las de Asia -excluido el Medio Oriente- facturaron U\$S 155,9 millones.